

EMPODERAMENTO JURÍDICO E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL: UMA LEITURA CRÍTICA SOBRE OS IMPACTOS DO NEOEXTRATIVISMO EM MINAS GERAIS

LEGAL EMPOWERMENT AND SOCIO-ENVIRONMENTAL JUSTICE: A CRITICAL READING ON THE IMPACTS OF NEO-EXTRACTIVISM IN MINAS GERAIS

EMPODERAMIENTO JURÍDICO Y JUSTICIA SOCIOAMBIENTAL: UNA LECTURA CRÍTICA SOBRE LOS IMPACTOS DEL NEOEXTRACTIVISMO EN MINAS GERAIS

Afélio Gabriel Rocha de Sousa¹, Camila Diniz Malheiros de Souza², Poliana Pires da Silva³, Carla Jorge Machado⁴

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6486

Recibido: 05/08/2026 | Aceptado: 06/08/2026 | Publicación en línea: 20/08/2026.

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma resenha crítica da obra *Empoderamento Jurídico e Socioambiental: Relatos de experiência de comunidades impactadas por grandes empreendimentos no Estado de Minas Gerais*, organizada por Márcia Rodrigues Marques e Pedro Gustavo Gomes Andrade, publicada em 2025. O estudo analisa a articulação entre a mineração predatória, a Atenção Primária à Saúde (APS) e a Justiça Ambiental. Metodologicamente, examina-se a estrutura do livro, que conecta referenciais teóricos de autores como Robert Doyle Bullard, Henri Acsehrad e Rogério Santos Rammê à práxis territorial do Projeto Manuelzão e aos Dossiês Técnico-Jurídicos do estado. Percebe-se que a obra desmistifica o discurso do progresso associado ao neoextrativismo, evidenciando como os danos ambientais e sociais recaem desproporcionalmente sobre populações vulneráveis. Conclui-se que o fortalecimento da cidadania e a advocacia popular são instrumentos indispensáveis para a defesa do território, a vigilância em saúde e a efetivação da justiça socioambiental.

Palavras-chave: Justiça Ambiental. Racismo Ambiental. Empoderamento Jurídico. Mineração. Atenção Primária à Saúde.

¹ Graduando em Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: afeliogabriel@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-2283-803X>

² Graduanda em Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: camiladms@ufmg.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-3080-4282>

³ Graduando em Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: polianapirees@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-2199-7107>

⁴ Doutora em Demografia, Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, Estados Unidos.
E-mail: carlajmachado@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6871-0709>

ABSTRACT

This study presents a critical review of the book “Legal and Socio-Environmental Empowerment: Reports of the Experience of Communities Impacted by Large Enterprises in the State of Minas Gerais”, organized by Márcia Rodrigues Marques and Pedro Andrade, and published in 2025. The study analyzes the interplay between predatory mining, Primary Health Care (PHC), and Environmental Justice. Methodologically, it examines the structure of the book, which connects theoretical frameworks from authors such as Robert D. Bullard, Henri Acselrad, and Rogério Santos Rammê to the territorial praxis of the Manuelzão Project and the state's Technical-Legal Dossiers. The analysis reveals that the work demystifies the discourse of progress associated with neo-extractivism, highlighting how environmental and social harms disproportionately burden vulnerable populations. It concludes that strengthening citizenship and popular advocacy are essential tools for territorial defense, health surveillance, and the achievement of socio-environmental justice.

Keywords: Environmental Justice. Environmental Racism. Legal Empowerment. Mining. Primary Health Care.

RESUMEN

Este trabajo presenta una revisión crítica del libro “Empoderamiento Jurídico y Socioambiental: Relatos de la experiencia de comunidades impactadas por grandes emprendimientos en el Estado de Minas Gerais”, organizado por Márcia Rodrigues Marques y Pedro Gustavo Gomes Andrade, 2025. El estudio analiza la articulación entre la minería depredadora, la Atención Primaria de Salud (APS) y la Justicia Ambiental. Metodológicamente, se examina la estructura del libro, que conecta marcos teóricos de autores como Robert D. Bullard, Henri Acselrad y Rogério Santos Rammê con la praxis territorial del Proyecto Manuelzão y los Dossieres Técnico-Jurídicos del estado. Se observa que la obra desmitifica el discurso del progreso asociado al neoextractivismo, evidenciando cómo los daños ambientales y sociales recaen desproporcionadamente sobre poblaciones vulnerables. Se concluye que el fortalecimiento de la ciudadanía y la abogacía popular son instrumentos indispensables para la defensa territorial, la vigilancia en salud y la efectividad de la justicia socioambiental.

Palabras clave: Justicia Ambiental. Racismo Ambiental. Empoderamiento Jurídico. Minería. Atención Primaria de Salud.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Esta resenha traz ao leitor uma visão descritiva e crítica da obra *Empoderamento Jurídico e Socioambiental: Relatos de experiência de comunidades impactadas por grandes empreendimentos no Estado de Minas Gerais*, de autoria coletiva e organizada por Márcia

Rodrigues Marques — geógrafa, mestre com ênfase em Análise Ambiental e integrante da coordenação de Integração do Instituto Guaicuy — e por Pedro Gustavo Gomes Andrade, doutor e professor efetivo da Universidade Federal de Roraima na subárea de Direito, Meio Ambiente e Amazônia (Marques; Andrade, 2025). Ambas as formações e atuações são voltadas às questões ambientais e refletem-se diretamente no conteúdo abordado, permitindo que o enfoque e conhecimento de cada organizador possam contribuir para o aprofundamento crítico das temáticas que são trazidas neste livro.

As principais ideias estruturantes desenvolvidas ao longo da obra articulam-se em torno de cinco eixos centrais: a premissa de que saúde e meio ambiente não podem ser dissociados, visto que condicionantes ambientais, sociais, econômicos, culturais e institucionais determinam o bem-estar e a saúde coletiva das populações; o entendimento de que a degradação ambiental é um motor direto do agravamento das desigualdades, penalizando de forma desproporcional os grupos socioeconomicamente vulnerabilizados; a concepção do empoderamento jurídico como instrumento crucial de emancipação e transformação social, capacitando as comunidades no conhecimento de seus próprios direitos para garantir a proteção territorial e a qualidade de vida; a centralidade da participação popular efetiva, sem a qual a justiça ambiental não se constrói; e a estreita articulação com a Atenção Primária à Saúde (APS), revelando que a mineração predatória atua como um determinante social grave que exige respostas intersetoriais integrando saúde, meio ambiente, educação e justiça social.

Para fundamentar teoricamente a distribuição desigual dos danos e riscos socioambientais sobre comunidades historicamente vulnerabilizadas, a obra dialoga explicitamente com o referencial teórico da Justiça Ambiental e do Racismo Ambiental – formulado por Robert Doyle Bullard, um dos primeiros autores a pesquisar sobre racismo ambiental – demonstrando como as cargas poluidoras e os rejeitos do extrativismo recaem sistematicamente sobre os territórios periféricos e de populações desfavorecidas (Bullard, 1994). Rammê (2012) menciona que o movimento por justiça ambiental nasceu nos Estados Unidos precisamente como uma reação ao racismo ambiental. Complementarmente, insere-se a contribuição conceitual de Henri Acselrad sobre conflitos ambientais, cidadania e justiça ambiental no Brasil, crucial para descortinar a assimetria de poder entre os grandes empreendimentos econômicos e as comunidades locais, evidenciando a forma como as corporações utilizam os ritos de licenciamento ambiental e a disparidade de poder jurídico-econômico para naturalizar a apropriação dos territórios e minorar as demandas populares (Acselrad; Herculano; Pádua, 2004). Ao conectar esses aportes teóricos

aos eixos práticos, a obra objeto desta resenha relaciona-se intimamente com os princípios e atributos norteadores da APS, tais como a territorialização, a intersetorialidade, a vigilância em saúde e o fortalecimento do controle social, revelando como os impactos extrativos afetam diretamente os modos de vida e a saúde das populações locais.

Do ponto de vista de sua estrutura, o livro tem 199 páginas e é distribuído entre uma apresentação inicial, sumário, introdução, oito capítulos temáticos e seções de Considerações Finais. O primeiro capítulo, intitulado *Empoderamento jurídico e justiça ambiental: conceitos e premissas da advocacia popular em meio ambiente*, de autoria de Pedro Gustavo Gomes Andrade, é apresentada a primeira menção explícita a Robert Doyle Bullard. O capítulo desenvolve a conceituação de justiça ambiental ancorada nas formulações clássicas de Bullard sobre o racismo ambiental, incorporando a justiça social aos problemas ecológicos e problematizando a distribuição desigual dos riscos ambientais entre diferentes populações. Apontando a mineração como forte causadora dessa assimetria — realidade tristemente ratificada pelos desastres-crimes das barragens de Samarco em Mariana e da Vale em Brumadinho —, o texto posiciona o empoderamento jurídico e a advocacia popular não como mera prática judiciária, mas como estratégia de emancipação, capacitação comunitária e transformação social. Ainda que o capítulo tenha foco no campo do Direito, estabelece-se uma ponte direta com a APS ao ressaltar a participação social – diretriz fundamental da Atenção Primária – e ao explicitar que a garantia de direitos e a cidadania constituem pilares indispensáveis para a promoção da saúde coletiva.

No segundo capítulo, *Empoderamento Jurídico e Núcleos Manuelzão: o poder de transformação da sociedade nos territórios verdes e microbacias da cidade*, assinado por quatro autoras – Cléudina Maria Santos Mourão, Enaile Almeida, Thaís Miranda e Mariana Senna Alves Radicchi – apresenta-se o Projeto Manuelzão, programa de extensão da Faculdade de Medicina da UFMG criado em 1997, ou seja, há quase 30 anos atrás. Com abordagem interdisciplinar e ecossistêmica, o projeto adota a bacia hidrográfica/microbacia como unidade territorial de análise, o que permite expor como a saúde coletiva está entrelaçada às condições ambientais, à organização comunitária e às relações sociais. As autoras destacam o papel dos Núcleos Manuelzão no estímulo ao protagonismo popular e na busca autônoma por soluções locais. Ao superar o modelo biomédico tradicional, o capítulo aponta que a territorialização, o vínculo comunitário e a extensão universitária são essenciais para a construção de ambientes saudáveis.

No terceiro capítulo, *Audiência Pública e Participação Social em processos minerários*

no estado de Minas Gerais: instrumento de participação social?, assinado por três autoras e um autor – Ana Clara Leandro, Júlia Molina Zerbini Chernicharo, Claudia Rodrigues Marques Moreira e Pedro Poli Yamashiro – insere-se a primeira menção explícita a Henri Acselrad. Dialogando com a perspectiva teórica de Acselrad sobre as assimetrias de poder e os conflitos ambientais no Brasil, os autores refletem criticamente sobre a eficácia das audiências públicas no licenciamento ambiental na mineração. Questiona-se se tais espaços garantem participação democrática real ou se funcionam apenas como ritos meramente burocráticos, evidenciando entraves como o acesso assimétrico à informação técnica, a linguagem inacessível e a reduzida influência decisória das comunidades afetadas. Defende-se que a verdadeira participação social exige real transparência, compartilhamento democrático de conhecimentos e fortalecimento do poder local — elementos que, na perspectiva da APS, são vitais para a vigilância em saúde, a proteção territorial e o enfrentamento do modelo minerário predatório.

No quarto capítulo, *Uma abordagem preliminar do discurso sobre os impactos socioeconômicos da mineração no contexto do neoextrativismo no estado de Minas Gerais*, de autoria de Márcia Rodrigues Marques, Alice Teixeira, Frederico Freitas Santos e Matheus Dias Alves, retoma-se expressamente o pensamento de Henri Acselrad para realizar uma crítica rigorosa ao modelo neoextrativista norteador da economia mineira. Ao desconstruir o discurso corporativo que associa automaticamente a mineração ao progresso, os autores mostram que, conforme adverte Acselrad, enquanto os lucros são privatizados e concentrados por grandes corporações econômicas que instrumentalizam o licenciamento ambiental e se valem da disparidade jurídico-econômica, os prejuízos — degradação ambiental, remoções forçadas, inflação local e dependência econômica — são socializados entre as populações vulneráveis. O capítulo sustenta a necessidade urgente de políticas públicas regulatórias que subordinem o interesse econômico à proteção ambiental e à garantia irrestrita dos direitos humanos e sociais.

Dos capítulos 5 a 8 são apresentados Dossiês Técnicos Jurídicos. Esses Dossiês não têm autoria definida e muito provavelmente foram elaborados pela equipe de direito e pesquisadores do Projeto Manuelzão. Assim, no quinto capítulo, *Dossiê Técnico Jurídico da Região Metropolitana*, evidencia-se que o avanço de empreendimentos desordenados ou irregulares gera severos conflitos socioambientais, ameaçando ecossistemas urbanos e a qualidade de vida dos moradores. A partir do exame de casos concretos, o texto enfatiza a urgência de reforçar a fiscalização estatal, assegurar o planejamento territorial e ampliar o controle social como instrumentos preventivos e de garantia de direitos. No sexto capítulo, *Dossiê Técnico Jurídico*

do *Quadrilátero Aquífero Ferrífero*, apresenta-se um diagnóstico técnico, ambiental e jurídico sobre a exploração mineral em uma das províncias mais estratégicas e povoadas de Minas Gerais. O texto expõe como a mineração predatória ameaça diretamente os cursos d'água e as áreas de preservação essenciais ao abastecimento hídrico regional, elevando os riscos ecológicos para a população. Sublinha-se a necessidade de um arcabouço legal rigoroso, fiscalização contínua e integração entre saúde pública, gestão ambiental e poder local, visto que a segurança hídrica do Quadrilátero constitui determinante indispensável para a saúde coletiva. Já no sétimo capítulo, *Dossiê Técnico Jurídico da Zona da Mata*, aborda-se a importância hidroambiental dessa região e os conflitos decorrentes da expansão minerária sobre territórios tradicionais e rurais. Destacam-se os processos de resistência comunitária e a urgência de um planejamento ambiental criterioso, respaldado por licitantes transparentes, mecanismos eficazes de fiscalização e participação ativa da sociedade nas decisões territoriais. Finalmente, no oitavo capítulo, *Dossiê Técnico Jurídico do Médio Espinhaço*, examina-se a situação da Reserva da Biosfera da Serra do Médio Espinhaço, área de grande relevância ecológica pressionada por empreendimentos extrativos. O texto argumenta que a preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, bem como a prevenção de desastres socioambientais, dependem do fortalecimento das instâncias de fiscalização, do licenciamento rigoroso e do empoderamento jurídico das populações locais. Diante do quadro de devastação e perda sistemática de vidas exposto ao longo das experiências territoriais de Minas Gerais — como nos colapsos minerários de Mariana e Brumadinho —, a discussão crítica sobre o alcance da reparação civil exige novas pontes teóricas.

Em suas considerações finais, a obra sintetiza seus achados e cita novamente Robert Doyle Bullard e Henri Acselrad ao reafirmar que os desdobramentos da mineração predatória transcendem a dimensão puramente ecológica, caracterizando-se como graves problemas sociais, econômicos, jurídicos e de saúde pública. Solucioná-los exige uma articulação intersetorial consistente entre o poder público, o sistema de justiça, as universidades, os movimentos sociais e as comunidades afetadas. Reiterando que o desenvolvimento econômico não pode sobrepor-se aos direitos humanos, à intangibilidade da vida e à preservação ambiental, defende-se a urgente modernização do arcabouço reparatório brasileiro. Sob o prisma da Atenção Primária à Saúde e das teorias da Justiça Ambiental, consolida-se a premissa de que a promoção da saúde de todas as pessoas é inseparável da proteção territorial, da vigilância ambiental, da efetiva tutela jurídica dos vulneráveis e da punição severa às violações normativas ao direito à vida.

Por sua abordagem interdisciplinar que une o Direito, a Geografia e a Saúde Pública, esta

obra é recomendada e adequada para estudantes, pesquisadores e docentes das áreas de Direito (Direito Ambiental e Direitos Humanos), Saúde Coletiva e áreas afins, Geografia e Serviço Social; profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) e equipes de Vigilância Ambiental em Saúde que atuam em territórios sob pressão extrativista; membros do Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público atuantes no direito socioambiental e na advocacia popular; lideranças comunitárias, movimentos sociais e ONGs que buscam ferramentas teóricas e práticas para o fortalecimento da cidadania e defesa de seus territórios. Ainda que esta seja uma sugestão direcionada, é importante destacar que a obra é interessante a qualquer pessoa que busque compreender o tema e as relações entre a saúde, a ecologia e os empreendimentos, que precisam considerar os interesses da coletividade e da sustentabilidade acima de tudo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BULLARD, Robert D. **Unequal protection: environmental justice and communities of color**. San Francisco: Sierra Club Books, 1994.

MARQUES, Márcia Rodrigues; ANDRADE, Pedro Gustavo Gomes (org.). **Empoderamento jurídico e socioambiental: relatos da experiência de comunidades impactadas por grandes empreendimentos no Estado de Minas Gerais**. 1. ed. Belo Horizonte: Projeto Manuelzão, 2025.

RAMMÊ, Rogério Santos. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica**. Caxias do Sul: Educs, 2012.